

Causos sobre Psicologia na Relação com as Vidas: entre Amizade Política e as Políticas do Comum

Tales about Psychology Concerning Lives: Between Political Friendship and the Politics of the Common

Cayo Vieira , Luana Priscila Moreira Pereira e Saulo Luders Fernandes

Em outubro de 2023, o curso de Psicologia da FAE promoveu o congresso Internacional de Psicologia, com o tema *Psicologia para quem e para quem?* Diante dessa provocação e com muito entusiasmo, tivemos a oportunidade de entrevistar para esta edição o psicólogo Saulo Luders Fernandes, um dos palestrantes do evento que, na ocasião, ministrou o minicurso *Psicologia e práticas de cuidado em territórios tradicionais: diálogos interculturais em saúde* e apresentou ao lado de Maria da Graça Silveira Gomes da Costa a palestra *A retomada do território: possibilidades para a Psicologia*.

Saulo é uma referência no estudo e pesquisa da Psicologia Social em composição com povos tradicionais e movimentos de luta pela terra, possui doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, onde realizou uma pesquisa sobre itinerários terapêuticos de moradores de um quilombo do agreste de Alagoas, com o objetivo de analisar a atuação da política de atenção básica neste território. No mestrado em Psicologia realizado na Universidade Estadual de Maringá, desenvolveu uma pesquisa sobre o envelhecimento em uma comunidade ribeirinha, tendo como base metodológica a pesquisa participante. Realiza pesquisas e projetos de extensão na área de Psicologia Social com ênfase na luta e garantia de direitos de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e movimentos de luta pela terra de Alagoas. Atualmente, Saulo é professor de Psicologia do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação na linha de pesquisa Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas da Universidade Federal de Alagoas.

Nesta entrevista, propusemos retomar seu encontro com a Psicologia, sua trajetória como pesquisador e docente na área da Psicologia Social e seus atravessamentos, focando na sua prática com povos tradicionais no cenário brasileiro. Esta entrevista foi organizada a partir dos seguintes tópicos: Psicologia Social e Inquietações; Transformações Epistemológicas em Psicologia Social; Psicologia Social e Saberes Tradicionais; e Desdobramentos Políticos. Assumimos aqui, como característica, a narrativa de Saulo como um “contador de causos”, por isso decidimos preservar seu relato casual nas respostas às perguntas realizadas. Seguindo a ideia de uma Psicologia que se modifica a partir da relação com o território que atua, a noção de contar causos também aparece como uma insurgência diante de muitas formas de dominação coloniais.

Quem é o Saulo, de onde ele vem, o que considera sua origem? Como foi sua introdução no campo da Psicologia Social?

Saulo Luders Fernandes: Eu sou Saulo Luders Fernandes, atualmente professor da Universidade Federal de Alagoas. Sou paranaense, nascido em Maringá, interior do Paraná. A Avenida Colombo é uma avenida que divide a cidade de Maringá, né? Da Avenida Colombo para baixo é a região que também engloba a Universidade. Da Avenida Colombo para cima, você vai chegando no centro, Zona Dois, que é um lugar já de classe média, média alta. Minha vida foi cortada por essa avenida aos meus oito anos, com a separação de meus pais. Com a separação deles, eu tive a oportunidade de viver uma cidade cindida. Eu acho que isso determina um pouco o meu olhar sobre o mundo no sentido das desigualdades, de ver que a cidade nunca é a mesma e, frente às dificuldades, as pessoas buscam inventar o cotidiano. Uma coisa que eu tenho desde muito tempo, assim, eu gosto de ouvir as pessoas do cotidiano. Acho interessante pensar como as pessoas inventam a vida e criam um certo conhecimento sobre o mundo. Foi por esse caminho que eu iniciei meus estudos na Psicologia Social.

Com a professora Ângela Caniato, na graduação, eu conheci a pesquisa participante, o que é fazer pesquisa dentro das periferias. Com o professor Tomanik, no mestrado, eu comecei a me inscrever nos territórios tradicionais. Ele foi a primeira pessoa que me apresentou no território tradicional, que foi o povo ribeirinho do Rio Paraná.

Hoje eu entendo que eu estudava o cotidiano naquela época. E me interessava muito pelos idosos do Rio Paraná, pelo conhecimento deles. Sempre fui interessado pela sabedoria popular, pelas formas de organização da vida coletiva, dos conhecimentos que de alguma maneira não vão muito pelo racionalismo, sabe? Hoje eu penso assim. Na época eu não pensava isso não, só estava interessado também em ouvir os velhos e as velhas do Rio Paraná, coisa boa poder partilhar aquele tempo com eles. Tempo do rio, tempo da prosa e do caso. A gente monta um livro no mestrado. Um livro com contos de pescadoras, receitas de culinária e casos. E ali também já começa a aparecer de alguma maneira a

coisa do caso. De contador de história, de contar a história, contar caso, como forma de levar a vida e de construir saberes coletivos. Que é uma coisa que eu faço em todo canto, inclusive nas minhas aulas. A gente conta história e eu percebo que isso fortalece muito a capacidade de aprender das pessoas, sabe? O aprender em comunidade, experiência que produz mais experiência. A tentativa de não anular a experiência das pessoas. Porque eu acho que a academia tem um pouco esse movimento. Pouco não, muito, né? O racionalismo acadêmico, o cientificismo, de alguma maneira, busca anulação da experiência. E eu acho que o cotidiano é o inverso disso, é a afirmação da experiência com os outros, uma coisa que eu gosto de pensar e viver.

Quais inquietações te levaram a escolher a Psicologia Social? Elas foram respondidas e/ou se atualizaram?

Saulo Luders Fernandes: Na época, para mim, tinha muito de pensar os fenômenos sociais, os fenômenos psicossociais. Hoje eu não consigo pensar mais assim. Eu acho que a gente está trabalhando muito mais com a experiência e a vida das pessoas. Como que essas vidas se articulam com capacidade de existir e de resistir. É um pouco isso que eu penso! É isso que levo nos debates que eu faço nos povos tradicionais, a definição de Psicologia que eu trago hoje, já falei também em palestras, sempre gosto de falar essa definição porque ela intriga as pessoas. Eu falo que a Psicologia é a ciência da vida. Os estudos de saúde que desenvolvi junto com as comunidades sempre me trouxeram respostas similares: quando eu perguntava o que era saúde, eles respondiam, é vida, né? Que é a interpretação da vida, é o modo de vida. E eu fico pensando que a gente, na verdade, trabalha com a vida, mas não só as vidas humanas, eu penso que é a vida para além dos humanos. Então, eu penso que a Psicologia é a ciência das relações com as vidas. Então, a gente estuda relações com as formas de vidas que tem nos territórios, nas pessoas. Então, é um pouco assim que eu me situo hoje.

Eu acho que a Psicologia está atrasada, muito atrasada, comparada a outras Ciências Sociais, até as Ciências Biológicas também, no debate sobre a vida do planeta, a vida do mundo mesmo. A gente está

centralizado ainda num paradigma antropocêntrico, o que dificulta bastante a gente avançar na discussão das transformações políticas globais. Hoje, o maior problema que a gente está enfrentando são os problemas ecológicos. E ecológico, quando eu coloco, não é só o ambiente, né? Eu acho que, nos anos 90, até quando a gente aprendia na escola, a gente aprendia como ambiente, lidar com o ambiente. Na verdade, a gente está lidando com conflitos socioambientais. Eu concordo com o Baremlitt quando ele fala que a natureza é a maior força revolucionária. Não tem como capturar ela, sua potência de ação sobre o mundo escapa às instâncias humanas. Como disse Dona Zenilda Xukuru do Ororubá, lá de Pesqueira: “Esses homens da mercadoria e do Estado pensam que têm o poder, mas nós temos a força! Somos a força da natureza”, que é uma ideia de que a natureza é uma força que não tem como você controlar. Até se pretende fazer, mas não consegue. Então, percebe que o discurso da Psicologia vai caindo para um caminho assim, muito mais voltado a um debate de território, com as pesquisas que eu venho trabalhando. É isso que eu estou vendo hoje, pelo menos. E a invenção desse território com os agentes viventes ali dentro. Então, podem ser plantas, animais, pessoas, encantos, paisagem, forças, rio, montanha, tudo isso está, de certa forma, numa relação, produzindo outras Psicologias. A ciência que estuda as relações com as vidas.

Atualmente, estou fazendo a biografia de umbuzeiro, que fica na comunidade Poço do Lunga. Então, é interessante você pensar que ele é um agente do território, considerar ele como um sujeito, mais ou menos isso que eu acho que eu estou pensando na Psicologia Social hoje. Acho que se a gente não conseguir lidar com esse paradigma, a gente não vai avançar na Psicologia, vai ficar preso no paradigma moderno. O umbuzeiro é bicentenário, alimentou a comunidade, deu sombra, escuta, lugar de descanso, de casamento, de conversa e causo, de tempo fresco ao sol. Ele possibilitou o nascimento da soberania do território Quilombola Poços do Lunga. Ele foi plantado por Dona Tereza, bisavó da comunidade. Seres em relação produzindo territórios de abundância. Acho que tem um lugar de certa abundância, da afirmação da potência, mais do que de ficar preso a uma coisa que dá falta, sabe? Então, acho que nas comunidades

eu percebo muito isso, que é o encontro de compartilhantes. Não estamos trocando. A troca vai chegar lá em escassez, porque a troca é uma relação de escassez, de te dou isso e você me dá aquilo, mas chega uma hora que, ou você não vai ter o que dar, ou eu não vou ter o que dar. É uma relação de certa forma de um extrativismo também, né? Então, não é troca, é compartilhamento, no sentido de abundância, é trazer o que temos e criar com o que temos. Isso vai criando cada vez mais abundância.

Esse paradigma, de como o homem se relaciona com a natureza, é central, porque ele tem a ver também com o racismo, diretamente com a compreensão moderna, como que a divisão racial no mundo também é uma divisão entre os selvagens e os civilizados, entendeu? Quem é esse homem que nomeia o que é humano? É o homem que tem na sua base o racionalismo ocidentalocêntrico, que tenta subjugar todos os outros mundos que existem no universo, onde o corpo é um corpo que precisa ser controlado, assim como a natureza. Esse humano que se qualifica como homem: branco, cis, heterossexual, cristão, ocidental. Que diz que o mundo tem que girar em torno dele. O mapa do mundo mostra isso, o sonho do norte do mundo mostra isso.

Na construção desse homem também vai se construindo a natureza, na qual esse homem é dito como separado da natureza. E isso é uma compreensão civilizatória. Outros povos são vistos como não modernos a partir do momento que tem relação direta com a natureza. A ideia de civilizar o mundo é também a ideia de controlar a natureza. Fica evidente também quando podemos observar a questão de gênero, como as mulheres são mais próximas da natureza, por elas terem as forças afetivas muito mais presentes no corpo. Porque o homem ocidental é um sujeito sem corpo, né? É um corpo cindido da mente, da razão. E a razão que incide nesse corpo e tudo que escapa isso é visto como selvagem, incivilizado. Todas as outras formas de compreensão de mundo, metodologias, ontologias e epistemologias que vão estar de encontro com o corpo e a natureza são ditas como selvagens e perigosas e que precisam de controle. Esse é o projeto civilizatório. Essa compreensão ocidental/moderna sobre o que é natureza, é na

verdade um recurso para extrativizar e explorar, para que o homem ocidental exista. Vemos como exemplo como os crimes ambientais são tratados na mídia, né? Se não tem um humano em risco, fica tudo certo, mesmo que os animais da região estejam morrendo, mesmo que as árvores e os solos estejam desabando, sendo inundados. Aí o que é “não ter risco”? O colapso ambiental tem tudo a ver com a natureza e como os corpos daqueles ditos não civilizados são explorados.

E aí, essa humanidade que a gente estuda é dita humanidade civilizada, de alguma maneira, quando a gente faz essa separação, a gente está levando à frente esse projeto civilizatório, a colonialidade das vidas. Então, para mim, nos territórios tradicionais principalmente, não tem como aplicar uma Psicologia que está presa nesse paradigma da modernidade ocidental, já que nos territórios tradicionais os humanos são também natureza. Acho que a prática da Psicologia parte de práticas das alianças, das alianças com a diferença. Eu uso o conceito da amizade política, dou esse nome, assim, que eu peguei muito do Foucault. Essa ideia de pensar amizade. Acho que produzir Psicologia, pra mim, tem a ver com produção de relações de amizade. Essa amizade política é amizade pro mundo, não é pacto entre iguais. Na verdade, é como se fosse a gente expressar e manter as diferenças. Podemos encontrar também essa ideia no texto *O Futuro Ancestral*, do Ailton Krenak, onde ele vai discorrer sobre alianças afetivas, que são aquelas em que a gente mantém as diferenças e cria a partir das diferenças. As diferenças que vão criar o espaço ético e político para a ação. Eu acho que é isso que a gente faz. E para isso a gente tem que chegar num território também uma pessoa que também quer aprender. Todo mundo tem alguma coisa a ensinar e aprender. Acho que tem um jogo aí, né? E resistir. Na época do governo Bolsonaro, acho que a universidade aprendeu pra caramba isso. Se a gente manter a amizade pública, né? Se a gente se manter fechado na universidade, a gente tá perdido. Então as alianças com os movimentos sociais, o movimento de compartilhar experiências, criando uma rede de proteção e também de refúgio, restauração, foi e é muito necessário. Foi um grande aprendizado, eu acho, sabe? A partir de um sofrimento muito grande também.

Como você vê a transformação do saber epistêmico da Psicologia Social Comunitária? O quanto o trabalho com comunidades tradicionais e periféricas tem colaborado com mudanças nas epistemologias da Psicologia?

Saulo Luders Fernandes: Primeiro eu vou falar em relação ao que você colocou, como a Psicologia vai para os lugares, mas não se contamina com os lugares. Eu acho que isso é bem problemático. Eu penso que a Psicologia às vezes vai para o território, mas não se contamina com ele, torna o território um campo de pesquisa só, sabe? Por exemplo, eu faço pesquisa, daí leio o texto sobre a comunidade quilombola, mas vou pra lá e aplico qualquer outra coisa na comunidade, sem me contaminar, no sentido de avançar na relação com o território, sabe? Eu acho que é um pouco o que a gente está conversando, no sentido de poder aprender a construir com o outro, outras formas de pensar. Essa ideia de pesquisar pela contaminação é da autora Ana Tsing no livro *O cogumelo do fim do mundo: como habitar as ruínas do capitalismo*. Como produzir um lugar de restauração frente à destruição? Por meio da contaminação das experiências coletivas de reexistência, capacidade de habitar juntos a devastação.

Um exemplo são meus estudos com os itinerários terapêuticos, eu acho que, mais do que as teorias dos itinerários terapêuticos, o mais importante é o que nós vamos, de alguma forma, construindo com os itinerários e descobrindo também, reconstruindo na Psicologia as formas de cuidado. Formas de cuidado com plantas, formas de cuidado com o território, formas de cuidado comunitárias, formas de cuidado coletivas, com as encantarias e outras formas de reexistir. Então, tudo isso é forma de conhecimento. A Psicologia tem de, de alguma forma, se contaminar e se questionar a partir disso. Acho que é construir um campo de tensão ao encontro das pessoas, seus modos de viver e territórios. Quando a gente encontra as pessoas e o território, a gente tem que criar um campo de tensão para a Psicologia se rever, não aplicar algo ou testar algum conceito. Da vida brota experiência e com os outros as possibilidades de sabedoria.

Nestas experiências tenho que pensar também no que significa campo de pesquisa, porque, por exemplo, vou para a casa da dona Tonha, no Quilombo Poços do Lunga, não estou indo apenas para um campo, estou entrando na casa dela. Ali é também o lugar onde eu vou poder repensar a Psicologia e produzir coisas com aquelas pessoas que estão ali. Acho que esse é um ponto inicial para conversar como que a Psicologia não se contamina com os lugares que vai. Ela busca muito mais a explicação dos lugares, pensar os lugares, mas não se contamina com isso. Então, isso é um problema. Uma certa epistemologia da contaminação é interessante; você se contaminar, você poder exercitar o que eu chamo de “pesquisar com os pés no chão”.

Um ponto importante é sobre a definição de Psicologia da Descolonização, eu acho isso um erro, sinceramente. Porque a gente vai estar criando como se fosse uma área de conhecimento da Psicologia, como a Psicologia Hospitalar, a Psicologia da Saúde. Eu acho isso um problema já. Eu não acho que a gente tenha uma Psicologia Rural, por exemplo, a gente tem uma Psicologia que atua em contextos rurais. Ao atuar em contextos rurais, muda o modo de atuar como Psicologia também. Muda a forma de operar, de instrumentalizar a Psicologia, a forma de pensar as Psicológicas e suas epistemes. Desta forma, acho que o processo de descolonizar equivale a descolonizar toda a Psicologia. Não é uma Psicologia da Descolonização. Eu acho que tem a ver também com um certo mercado acadêmico, sabe? Porque a academia cria faixas de debate, de mercado de interesses, e aqueles autores que estão ali, debatendo aquilo, se tornam os cânones daquela área. Então, eu acho isso bem complicado, tratando ainda mais de uma questão política, de ação política, que está vinculada aos povos tradicionais e aos povos camponeses, quem pode ser proprietário da luta popular. Quer maior enganação que essa?

Então, eu acho que essa transformação, essa mudança, este giro epistêmico, também tem a ver com a entrada das pessoas negras e agora também as pessoas indígenas na universidade. Eu não acho que a mudança do conhecimento se dá apenas pela leitura epistemológica, mas na verdade pela permanência e presença dessas pessoas também nos espaços. Acho

que isso é determinante. Porque, como a gente falou, é o corpo e o território, as pessoas estarem enquanto corpo e território no lugar. Isso questiona e modifica. Eu, se eu estivesse em Maringá, possivelmente não teria esse percurso, não estaria estudando isso. Meu percurso se modificou porque eu fui para Alagoas. Isso é certeza absoluta, e o território lá me permitiu entrar. É claro que eu também abri espaço, que eu poderia ter ido para lá com pensamento também colonial total, trazendo toda a minha cultura, meu modo de vida, sem me contaminar com o modo de vida das pessoas e das terras e paragens alagoanas.

Sobre a aproximação da Psicologia Social com saberes tradicionais, como você enxerga a maneira de fazer essa aproximação? Considera uma aproximação necessária? O que você considera como violação/apropriação?

Saulo Luders Fernandes: Para esse debate, eu gosto de trazer um autor e dois casos. O autor que eu gosto de trazer é o Édouard Glissant, principalmente a obra *Poéticas da relação*. Ele escreve sobre o direito à opacidade ou o direito à não compreensão. Ele afirma que nós temos o direito a não compreender as coisas. E também tentar perceber que a não compreensão é um avanço para produzir uma relação ética com os outros e com outras formas de conhecer. Que tem a ver também, de certa forma, com o campo da diferença, né? Não é uma apropriação ou ocupação do espaço do outro. Gosto também de citar a Sarah Ahmed, que trabalha a afetividade política, e ela traz uma reflexão assim “você não tem que ocupar o espaço do outro, mas você deve fazer da dor dele a sua tristeza”, os dois autores falam sobre a relação com o desconhecido. E entra também como uma crítica à ciência moderna que nos ensina a buscar a luz, tão requerida ao iluminismo. Dar luz e colocar luz em tudo, né? Essa necessidade de saber do outro e da vida do outro, do modo do outro, para poder também produzir algum conhecimento. Mas eu acho que não é produzir algum conhecimento, na verdade é produzir o controle. Por que eu desejo esse conhecimento? Por que eu desejo essa verdade? Essa busca dessa verdade... E aí eu entro nos casos, o primeiro aprendi com os Tingui Botó que são um povo de Alagoas, um povo indígena

alagoano, que vive em Feira Grande, os quais eu tenho relação de amizade. Foi em um trabalho que fiz com eles, em nossas conversas ficava muito presente a ideia do segredo. Tudo que a gente ia conversar com eles, eles falavam do segredo indígena, do segredo deles. E era interessante, porque um e o outro meio que falavam “ô, velho, já foi muito, já falou bastante para eles aí, cuida do segredo”. Então, essa palavra, segredo, ficava muito presente entre eles e entre nós. E eu achei interessante, por que, como que eu vou trabalhar com eles, também com o segredo? Mantendo o segredo. Isso é uma questão ética fundamental, pois a nossa tendência é ou a gente encobre o outro para falar quem é ele, coloca todo um costume em você para falar quem é você, para determinar quem é você; ou a gente violenta ao ponto de tirar o segredo do outro, para falar “agora eu conheço você”. É uma relação de dominação. Penso, logo existo, na verdade, conquisto, logo existo, como disse Enrique Dussel. Não precisamos saber tudo sobre a experiência do outro para a gente poder construir alguma coisa juntos. O que você tem para contribuir, o que eu tenho para contribuir? Fazer junto, e é isso, é ótimo, né?

Mas o segredo não é algo que apenas se esconde, ele também é um caminho. O segredo não é algo apenas que você esconde, mas uma vida que você percorre. É um caminho de vida também, que tem a ver com sabedoria, com conhecimento, e que não tem como você passar para o outro diretamente, porque o outro vai ter que buscar o seu segredo também. Isso é interessante, porque traz como se fosse um ponto central da experiência. Você só produz conhecimento se tem experiência. Não adianta você achar que conhecimento vai ser parte da informação. Ele não vai chegar para você. Você é obrigado a ter a experiência. Então, o segredo tem a ver com manter a experiência como um fio condutor do conhecimento. E essa experiência não tem como também ser passada diretamente. Porque ela só acontece na relação. E só se vive também na relação com a manutenção do segredo. Porque se eu contar para você o meu segredo, ele já não existe mais. E mesmo que eu conte, você não vai conseguir atingir onde eu cheguei, porque não foi seu caminho. É

interessante demais, é complexo. Um pensamento que parece simples, mas, ainda hoje, quando eu falo, fico tentando entender um pouco, sabe?

Aqui eu penso na sua pergunta, sobre cuidar com violação ou apropriação. Se mantermos uma relação explícita da diferença, isso não acontece. Eu sou professor de Psicologia, tenho meus conhecimentos da Psicologia, você é rezadeira da comunidade, tem os conhecimentos como rezadeira, e nós vamos encontrar o que a gente pode fazer junto com tudo o que a gente tem. Qual ferramenta, qual caixa de ferramenta nós vamos construir aqui? Que coisa você vai trazer e que coisa eu vou colocar? E nisso vai criar uma nova máquina aqui de cuidado, uma nova máquina de ação política.

O último caso envolve o Pai Alex, o Juremeiro de Xangô das Alagoas, da cidade de Arapiraca. A Jurema é uma religião afro-indígena do Nordeste. Uma vez, o Pai Alex estava indo para a universidade comigo, trocando ideia, e falou assim, “ó, você é da ciência, né meu filho? Mas não é só você que tem ciência, eu também tenho a minha ciência, mas a minha ciência é a ciência do oculto”. E isso ficou na minha cabeça. Falei “ô pai Alex, do oculto por quê? Porque é difícil, porque não tem como ser compreendido, é isso?” Aí ele falou “não, meu filho, não é porque não tem como ser compreendido”. Eu pensei, “porque tudo que é oculto é difícil de compreensão, né? Já que eu não tenho como lançar a luz, na minha compreensão epistêmica e iluminista, se eu não tenho como lançar a luz, é difícil compreensão”. Aí ele falou “não, porque é uma ciência que nunca vai ser compreendida por completo”.

E aí eu gosto também de pensar nas palavras, a narrativa das pessoas é uma narrativa simples, a princípio, sabe? Mas a profundidade no que ele trouxe aqui é muito grande. Então é interessante também esse jogo. Na academia científica, a gente tenta criar palavras tão difíceis de compreensão para os outros, parece que é para distanciar as pessoas. O pai Alex me deu um outro ensinamento, me fez um giro epistêmico ali. Falou “olha, meu filho, você vem da luz. Você caminha onde quer a luz e eu sou aliado da escuridão. Ou pelo menos daquilo que é, de alguma forma, não nítido diretamente”. Então, achei bacana quando ele falou isso, ele caminha

no lugar com o desconhecido. O aliado dele é o desconhecido. O nosso aliado não é o desconhecido? O nosso aliado é uma certa verdade que no fundo me parece um plano moral de existência, conhecer para controlar, ou melhor, buscamos a destruição do desconhecido. Então, acho que isso é um compromisso ético, se for chegar mais próximo do Glissant, no sentido das relações ético-raciais, das relações com a diferença. Com isso, na verdade, a gente tá falando da violência, né? Porque se o desconhecido é aquilo que eu tenho que destruir ou capturar, na verdade, é o processo inicial da colonização. Domino, conquisto, logo existo. A minha existência está condicionada à conquista do outro. Só existo na condição de dominação, que existência medíocre e empobrecida. Manter o desconhecido causa em nós um certo incômodo, uma certa dificuldade. Então, acho bacana que o pai Alex é aquele que caminha na opacidade nesse sentido, aquela tentativa também de falar: não preciso saber de tudo pra lidar com a vida, sabe? Porque eu não vou saber também, né? Então lido com o desconhecido como um aliado.

Considerando a situação atual de crise climática e também de conflito de terras, marco temporal e outras situações de território que afetam os povos tradicionais, podemos enxergar uma migração forçada dos povos tradicionais e originários para o espaço urbano. Como você acha que podemos pensar numa Psicologia do Cuidado para esses modos de vida que precisam sobreviver na cidade?

Saulo Luders Fernandes: Eu acho que resposta fácil não tem não pra isso, o Davi Kopenawa fala no livro *A queda do céu*, que ele que ficou internado mais de meses no hospital sozinho e teve que aprender a língua dos brancos. Ele narra como esse processo foi violento, porque, pro povo dele, ninguém fala muito. Eles entendem a linguagem como um exercício de poder, não poder no sentido de dominação, mas no sentido de poder enquanto capacidade de ação sobre o mundo mesmo. Então, originalmente, ele é uma pessoa que fala menos e, ao mesmo tempo, quando ele ficou internado teve que aprender a língua dos brancos pra tentar se comunicar com esses brancos naquele contexto, mas também para poder expressar uma sabedoria sobre o cuidado com

a Terra, ele diz “parem o que vocês estão fazendo, porque senão nós vamos morrer, mas não só nós, vocês também”.

E aí quando você fala dessas crises ambientais, socioambientais, que estão levando as comunidades para os centros urbanos, é uma questão a se pensar muito. Quem é, por exemplo, o indígena que está chegando aqui? Como ele chega e o que ele traz também? Como que a cidade não permite que ele expresse o que ele traz. A cidade, na verdade, quer destituir ele de seu modo de vida, quer produzir uma integração à sociedade brasileira. Essa ideia de integração do indígena, essa acho que é uma questão que vem do Estado brasileiro há muito tempo. A tentativa de reintegração, o nome que eles dão é esse, né? Como se eles não fizessem parte desse território, o Brasil, ou melhor, a Abya Yala ou Pindorama, outros nomes que a gente pode dar. Então, assim, acho que é um debate que eu não tenho, não trabalho com indígenas em territórios urbanos, mas eu acho que é um debate que é muito atual e necessário ser pensado principalmente porque é preciso pensar as garantias de direitos desses povos. Tipo, são indígenas, trazem os modos de vida, trazem a experiência, trazem as concepções, suas cosmo percepções, e estão aqui tentando se encontrar nesse lugar, que, até para nós, às vezes, é estranho. Quando eu mudei de Palmeiras dos Índios para São Paulo, foi estranho demais os primeiros meses lá, foi muito estranho me encontrar naquele lugar. Isso que eu sou uma pessoa branca, socializada nessa civilização. Só que, para mim, foi muito estranho mesmo estar naquela cidade, naquela capital. As relações, a forma como as pessoas se tratavam, eu achava, de alguma forma, muito diferente de onde eu tinha vindo. Havia um certo distanciamento de todos.

Acho que para o povo indígena que vive a experiência do coletivo, viver na cidade é muito sofrimento mesmo, porque a gente não tem esse tipo de experiência. Mas nós meio que naturalizamos a ideia da individualização, do mundo privado, da vida burguesa. A nossa vida é guiada para isso, e a deles é uma vida compartilhada com a natureza e com os coletivos. A gente chega num lugar que não tem nada de experiência coletiva, nem na fala, nem na escuta do outro. Estou em Maceió atualmente e

entendo que vai começar a chegar essas situações para a gente trabalhar. Acho que as capitais, os grandes centros têm que começar a pensar isso, que não existe indígena não aldeado, como não existe quilombola sem quilombo. Os corpos são territórios vivos que expressam nossas existências e formas de pensar e agir no mundo. Levamos nossos territórios e ordenamos outras relações territoriais com os corpos das outras pessoas. Somos territórios vivos e incorporados.

Gostaríamos que você comentasse um pouco sobre a sua participação na elaboração de cartilhas orientadoras do CREPOP. Como foi essa experiência?

Saulo Luders Fernandes: É uma experiência muito bacana produzir cartilha do CREPOP, primeiro que o CREPOP tem um espaço e função importantíssima na Psicologia brasileira. Porque ele promove certas direções para as referências técnicas de atuação da profissão, e principalmente para práticas ou contextos que a gente não tem ainda muitas práticas consolidadas. Eu tive a experiência de escrever junto com um grupo a cartilha técnica de referência para atuação com povos tradicionais. Foi muito legal essa experiência. Principalmente porque a gente pôde partilhar de vários lugares do país as experiências com os povos tradicionais, enquanto psicólogas e psicólogos. Acho que isso também é interessante, como que esses psicólogos e psicólogas se encontram e falam, partilham suas vivências? Que tipo de diretrizes ou princípios a gente pode colocar aqui nessa cartilha para auxiliar as pessoas a guiarem suas práticas? Além delas também irem para consulta pública e serem construídas na coletividade de psicólogas e psicólogos de todo o país. Essa cartilha foi interessante porque quem estava coordenando o CREPOP falou: “foi uma das poucas cartilhas que não se centralizou e se discutiu escuta”. Você não coloca a escuta como o principal ponto de referência da Psicologia, que em sua maioria ela coloca a escuta como um ponto de referência. A Psicologia é aquela que realiza a escuta. Eu não sou contrário, não sou nada contra a escuta. Acho que é uma ferramenta importante para nós, até para conseguir lidar com a diferença. Tem muita coisa interessante sobre a escuta. Mas restringir nossa atuação muito fortemente a essa ferramenta também, de alguma

forma, traz um certo perfil de nossa atuação. Acho que mais do que só a escuta, a gente produz na relação com os outros a ação política. Em contato, em contaminação, como eu falei, em relação, em encontros, né? Então nessa cartilha a gente construiu propostas de construções coletivas, em sua maioria aprendidas com os movimentos sociais.

Considerando a necessidade de diálogo entre Psicologia com atores sociais, como você percebe os diálogos políticos possíveis?

Saulo Luders Fernandes: Eu acho que nós como psicólogas e psicólogos ocupamos ao menos três espaços: a gente ocupa espaço com os movimentos sociais e nos tornamos parte dos psicólogos que atuam com os movimentos. Tem psicóloga, psicólogo que atua na ponta, na garantia de direitos e fica numa das situações mais difíceis, porque ao mesmo tempo que tem que garantir o direito da população, ao mesmo tempo ele é um agente do Estado, de um Estado que nega esse direito. Assim, essa política aqui não é uma política de emancipação humana, infelizmente, apesar de todo o regime, de todos os marcos regulatórios apresentarem esse horizonte. Na prática, a gente sabe que isso não se concretiza. A minha atuação eu vejo muito mais voltada dentro da Universidade. Como agente do Estado, no sentido que sou professor universitário, professor federal, servidor público. Mas estou em relação muito forte com os movimentos sociais. Tanto que as discussões que eu faço são muito voltadas à autonomia, à soberania desses povos, pensar formas de invenção que eles fazem para resistir frente às lógicas de política de morte do próprio Estado, por vezes, ou do mercado neoliberal. E tem as/os profissionais que atuam diretamente no corpo do Estado na gestão das políticas, pensando as suas possibilidades de implementação.

Para fechar esse papo, porque eu acho importante pontuar, já que eu trabalho com povos tradicionais, é pensar como pensar democracia no Brasil, um projeto democrático no país com os povos tradicionais. Quero terminar a minha fala com isso, não sei se tem mais pergunta, mas quero terminar a minha fala com essa ideia, como pensar um projeto democrático de um país que não consegue se pensar plurinacional, por exemplo. Eu acho que a Bolívia

avançou nisso. Um país que não consegue pensar o direito da natureza, que não dialoga com aqueles que dialogam com a natureza, que não considera a natureza como parte da democracia. Eu não estou falando uma coisa que é inventada na minha cabeça. Já tem experiências no mundo que estão trabalhando nisso, tantos zapatistas, as mulheres curdas, as ecofeministas curdas no Oriente Médio, tem as mães bolivianas, no Equador também movimentos indígenas, latino-americanos que estão propondo esse outro giro.

No Brasil, eu acho que a gente ainda está caminhando muito lento nisso, sabe? E aí pensar a democracia com os povos tradicionais no Brasil eu acho muito difícil, se a gente tem um projeto que uma suposta democracia muito frágil que é aliada ao desenvolvimentismo. Eu vejo que o Brasil, nesse ponto, ainda está no caminho do Brasil que não deu certo, desta proposta extrativista e imperialista que assola nossas terras há mais de 523 anos. Mesmo os governos de esquerda, que se nutrem muito desse discurso ecológico, que Brasil é o país do futuro, ainda estão aliados ao desenvolvimentismo internacional. Então, pra mim, o Brasil ainda não teve um projeto democrático para os povos tradicionais, isso não acontece e não vai levar a gente a nenhuma mudança estrutural.

Por isso que eu aposto muito nas pautas dos povos tradicionais, nos seus modos de viver e nos seus projetos outros de experiência coletiva. Penso que estar com eles, caminhar com eles, é pensar uma mudança estrutural profunda no país. Debater raça, debater gênero, debater terra, a natureza, é fundamental. Um país em que o maior conflito que a gente vive ainda é relacionado a terra. Então, os povos tradicionais cruzam todos esses elementos. Por isso, que eu acho que aprendo com eles a pensar nas mudanças estruturais no país, uma democracia para os povos tradicionais. Mas temos muito ainda a caminhar para que isso aconteça. Queria terminar com essa fala só pra pensar essa conjuntura mais ampla e pensar que os povos vivem o sofrimento psicopolítico devido aos territórios onde eles estão instalados. São territórios onde os ditos recursos naturais para o neoliberalismo imperialista se encontram. Os recursos pro extrativismo. Então, é uma luta contra megaempreendimentos, contra o

colonialismo atualizado, tudo está envolvido e esses povos estão resistindo todos esses enfrentamentos. E é por isso que eu acho que a Psicologia tem o papel fundamental na construção de garantias de direitos junto com eles. E o direito da terra que eu acho que é o principal e fundamental para a soberania do poder popular.

Contribuição

Saulo Luders Fernandes

Referência no estudo e pesquisa da Psicologia Social em composição com povos tradicionais e movimentos de luta pela terra, possui doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. É professor de Psicologia do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação na linha de pesquisa Saúde, Clínica e Práticas Psicológicas da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: saupsico@gmail.com

Luana Priscila Moreira Pereira

Graduanda em Psicologia pela FAE Centro Universitário.

E-mail: luanapmpereira@gmail.com

Cayo Vieira

Psicanalista membro da Associação Livre Centro de Estudos em Psicanálise (ALCEP/PR) e Psicólogo graduado pela FAE Centro Universitário.

E-mail: cayovvieira@gmail.com